MEMÓRIA DE SENTIDOS E RUPTURAS EM TORNO DA ARGUMENTAÇÃO

DÉBORA MASSMANN¹

Programa de Pós-Graduação em Ciências da Linguagem
Universidade do Vale do Sapucaí
Av. Prof. Tuany Toledo, 470 – 37550-000 – Pouso Alegre – MG – Brasil

debora.massmann@univas.edu.br

Resumo: *Este estudo busca analisar o(s) sentido(s) produzido(s) em torno da palavra “argumentação” a fim de estabelecer a história deste conceito a partir da segunda metade do século XX. Para realizar esta pesquisa, organizou-se um corpus que é composto por três obras distintas. Como dispositivo teórico-analítico, utiliza-se os pressupostos da Semântica do Acontecimento, tal como proposta por Guimarães (2002), que compreende que o estudo do sentido da linguagem deve levar em consideração as condições sócio-históricas e ideológicas em que o acontecimento enunciativo foi produzido. Nessa perspectiva, este estudo contribui para a produção de um saber sobre a história do conceito de argumentação e busca compreender o seu lugar no domínio científico da atualidade em que argumentação apresenta-se como elemento constitutivo de toda e qualquer prática discursiva.*

Palavras-chave: *argumentação; retórica, memória, acontecimento, sentidos.*

Abstract. *This study intends to analyse the meaning(s) hold around the word “argumentation” in order to stablish the history of this concept from the second behalf of the twentieth century. To have the research done, it was organized a corpus with three different works published. As a theoretical-analytical method, there have been used assumptions of the ****Semantics of happening****, as presented by Guimarães (2002), who understands that the study of the language meaning must consider the social-historical and ideological conditions in which the enunciative happening has been produced. In this perspective, this study contributes to the production of a knowledge about the history of the argumentation concept and tries to comprehend its place in the scientific field nowadays when the argumentation is held as the constitutive element of all and any discursive practice.*

Keywords: *argumentation, rhetoric; memory, happening, meanings.*

¹ Docente no Programa de Pós-graduação em Ciências da Linguagem, da Universidade do Vale do Sapucaí.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O presente estudo propõe-se a analisar formulações produzidas em torno do conceito de argumentação em diferentes quadros teóricos e em diferentes épocas mostrando a história deste conceito – sua constituição, sua formulação e sua circulação – nas ciências humanas. Para isso, toma-se como ponto de partida a década de 50, do século XX, percorre-se algumas das principais publicações das décadas subsequentes e busca-se compreender o lugar da argumentação no domínio científico da atualidade, suas rupturas e suas heranças.

A partir da segunda metade do século XX, os estudos sobre a argumentação encontram um momento histórico-social propício à construção de um pensamento autônomo no que diz respeito a sua teorização e a sua constituição como objeto de estudo de diferentes domínios epistemológicos. O interesse pelas técnicas de persuasão se renova justamente no período pós-guerra, um momento político delicado, em pleno auge da guerra fria e em plena crítica aos métodos totalitários de propaganda de massa. A fertilidade desse contexto ideológico em que os estudos em argumentação são refundados e ressignificados é incontestável. Tem-se, assim, que o período pós-guerra apresenta-se como um verdadeiro divisor de águas no que concerne aos estudos sobre a argumentação. Ao retornar ao centro dos debates intelectuais do período, a argumentação tem seu caráter persuasivo valorizado e com isso ela ressignifica parte da retórica aristotélica.

Assim, inspirados pelas condições histórico-ideológicas do período pós-guerra, os estudos sobre a argumentação ressurgem no domínio da lógica formal e das ciências jurídicas. Duas obras são publicadas, quase que simultaneamente, no ano de 1958, e instauram-se como o marco desse processo de ressignificação dos estudos sobre a argumentação: na Inglaterra, “Os usos do argumento”, de Toulmin e, na Bélgica, “O Tratado da argumentação. A nova retórica”, de Perelman e Olbrechts-Tyteca.

Outra publicação de grande relevância para os estudos da argumentação é “A argumentação na língua” de Anscombre e Ducrot (1976) que surge na década de 70², na França. O texto, publicado inicialmente sob a forma de artigo no âmbito das ciências da linguagem, só ganha forma de livro em 1983 quando os autores organizam a primeira edição da obra com o mesmo nome. A importância dessa publicação se deve ao fato de que Anscombre e Ducrot (1976, 1988) deslocam o modo de olhar para a argumentação: se antes ela era pensada a partir da perspectiva da retórica, das ciências jurídicas e da lógica formal, agora é preciso pensá-la a partir da perspectiva linguística e observá-la com base nos elementos da língua que possibilitam o seu funcionamento.

É pensando nessas condições que, neste trabalho, questiona-se o funcionamento de sentido da palavra “argumentação” no século XX, momento específico em que a persuasão e as técnicas argumentativas voltam a ter importância nas práticas linguísticas e sociais. A questão que se traz para reflexão neste trabalho diz respeito aos modos de significar a “argumentação” nas obras desses autores que têm o mérito de colocar a argumentação no centro dos debates intelectuais da época e com isso de (re)constituí-la como um domínio de investigação científica não só das ciências da linguagem como também das ciências humanas. O objetivo aqui, como já descrito, é olhar especificamente

² Antes da publicação em questão, Anscombre e Ducrot publicaram um artigo, intitulado, “*L’argumentation dans la langue*”, na revista *Langage*, 42 em 1976.

para a palavra “argumentação” e para a rede de significações em torno dessa palavra buscando respostas para a seguinte questão: afinal, como a argumentação é definida - se ela é definida - e que relações de sentido sustentam essa definição no século XX?

Assim, a partir da Semântica do Acontecimento, busca-se, portanto, analisar as formulações produzidas em torno da palavra “argumentação” em autores distintos, em época também distintas, mostrando seu(s) funcionamento(s) de sentido, a saber, constituição, formulação e circulação nas ciências humanas do século XX.

1. DISPOSITIVO TEÓRICO-ANALÍTICO

Em conformidade com os pressupostos teórico-analíticos da Semântica do Acontecimento, o funcionamento do sentido é tomado aqui a partir da noção de acontecimento enunciativo. A cada enunciação, as palavras, a partir de seu funcionamento político e histórico, podem assumir novos sentidos e significar coisas diferentes. Por isso, considera-se que para descrever o sentido da palavra “argumentação”, é preciso investigar as condições sócio-históricas e ideológicas em que o acontecimento enunciativo, o dizer, foi produzido. Acontecimento de dizer que se caracteriza pelo funcionamento da língua, neste caso, num dizer específico sobre argumentação. Este processo de produção de sentidos mobiliza procedimentos enunciativos distintos que afetam, reescrevem, retomam e ressignificam o que já foi dito.

Estudar a rede de sentidos que se constrói a partir do funcionamento da palavra “argumentação” implica observar suas relações semânticas, não só no âmbito do enunciado, como também ao longo do texto. Toma-se então o enunciado como unidade de análise já que ele se constitui pela sua consistência interna e pela sua independência relativa em relação ao texto (GUIMARÃES, 2002, 2007, 2009).

Nessa perspectiva, o sentido da palavra “argumentação” é tomado, aqui, a partir de uma perspectiva relacional, isto é, pelo funcionamento da palavra nas suas relações de determinação semântica que se constituem no acontecimento enunciativo. Essas relações de determinação acontecem principalmente a partir de dois procedimentos enunciativos, a saber, reescrituração e de articulação (GUIMARÃES, 2002, 2007, 2009). A reescrituração produz sentido ao redizer do que já foi dito. Em outras palavras, ao longo de um texto – ou entre textos distintos – expressões linguísticas retomam e reportam-se umas às outras por meio de operações enunciativas que reescrevem o já dito de outra maneira. Ao reescrever, ressignifica-se o que já foi dito de outro modo e assim constroem-se sentidos (GUIMARÃES, 2002). Já a articulação, por sua vez, remete à análise das relações de sentido no interior do próprio enunciado. Do ponto de vista semântico, é possível dizer que na articulação o funcionamento dos elementos linguísticos se configura por meio de diferentes modos de significação, como, por exemplo, referência, predicação, determinação, pressuposição, argumentação e performatividade, entre outras.

Observando estes diferentes procedimentos enunciativos, é possível chegar ao Domínio Semântico de Determinação (DSD) (GUIMARÃES, 2007) das palavras. O DSD funciona como um mecanismo de descrição e de interpretação que mostra como, no

acontecimento do dizer, o funcionamento das palavras produz sentidos. O DSD³ apresenta-se então como um instrumento de descrição e de interpretação dos sentidos. Em outras palavras, cabe ao DSD representar, a partir de uma escrita que lhe é própria, como os sentidos são construídos enunciativamente. Para isso, ele se ampara nas relações de determinação semântica que as palavras estabelecem no funcionamento da língua. Tem-se assim que a história do sentido de uma palavra é produzida pela “ação que as palavras exercem, à distância, umas sobre as outras. Uma palavra é levada a restringir cada vez mais sua significação, pelo fato de existir uma companheira que estende a sua” (BRÉAL, 2008, p. 182).

É a partir deste dispositivo teórico-analítico que, neste estudo, analisa-se a palavra “argumentação” com vistas a compreender o modo como seu sentido se formulou, como se constituiu, como circulou (e circula) e como tem se transformado a partir da segunda metade do século XX. Desse modo, produz-se um saber sobre a argumentação que nos faz pensar sobre o seu lugar não só no campo das ciências da linguagem, mas também nas ciências humanas como um todo. Isso leva a refletir sobre o(s) sentido(s), sobre a história da argumentação e sobre o modo como as diferentes áreas do conhecimento se utilizam dela em suas práticas discursivas. Considerando que a argumentatividade está presente em toda e qualquer atividade discursiva, é fundamental se interrogar sobre que concepções científicas, que teorias, que conceitos, que sentido(s) a argumentação assume no século XX. Em outras palavras, é preciso questionar como a argumentação é significada nas obras selecionadas para este estudo e na história das ciências humanas a partir de 1950.

Cada uma das obras aqui analisadas, a saber, “O Tratado da argumentação. A nova retórica”, “Os usos do argumento” e “A argumentação na língua”, constituirá um conjunto de enunciados que serão descritos considerando que “a análise do sentido da linguagem deve localizar-se no estudo da enunciação, do acontecimento do dizer” (GUIMARÃES, 2002a, p. 7). Ao compreender a enunciação como um acontecimento que se produz pelo funcionamento da língua, Guimarães (2002a) inscreve-se em uma perspectiva teórica que considera a significação e sua relação com “o que acontece” como sendo construídas linguisticamente. Desse modo, para o autor, o sentido das palavras é, pois, produzido enunciativamente no e pelo acontecimento da enunciação (GUIMARÃES, 2002a).

2. O SENTIDO DA “ARGUMENTAÇÃO” EM PERELMAN E OLBRECHTS-TYTECA

A fim de compreender o modo como a argumentação é significada na obra de Perelman e Olbrechts-Tyteca, toma-se como primeiro recorte, o título “O tratado da argumentação. A nova retórica” (recorte 1). Aqui a palavra “argumentação” articula-se ao substantivo “tratado”, por meio do determinante “de + a”. Esse enunciado é especificado, logo na sequência, no próprio título. O sinal de pontuação ponto-final (.)

³ De acordo com Guimarães (2006), dizer qual é o sentido de uma palavra implica poder estabelecer seu DSD. Ou melhor, implica descrever as relações de significação que essa palavra estabelece com outras no interior dos enunciados (e dos textos) em que aparece. Nesta descrição do sentido, o DSD é identificado por sinais muito específicos: 1) os sinais $\top$ ou $\perp$ ou $\vdash$ ou $\dashv$, indicam “determina” (em qualquer direção); 2) o traço $-$ indica uma relação de “sinonímia”; 3) o traço maior $\rule{1cm}{0.4pt}$, dividindo o DSD, significa “antonímia”; 4) além disso, o DSD, normalmente, apresenta-se emoldurado.

marca uma ruptura na exposição do título que é seguida imediatamente de uma especificação por meio do sintagma nominal “A nova retórica”. Para compreender o(s) sentidos que estão funcionando neste enunciado, propõe-se as seguintes paráfrases:

- 1’ O tratado da argumentação é a nova retórica.
1” Este tratado da argumentação é a nova retórica.

A relação de predicação que pode ser verificada a partir das duas paráfrases revela que, já no título da obra, a enunciação de Perelman e Olbrechts-Tyteca traz consigo e coloca em funcionamento uma memória de sentidos que se inscreve na retórica clássica. Os autores mostram que a argumentação, concebida como cerne da antiga retórica, está sendo ressignificada neste acontecimento enunciativo não só pela reescrituração de “argumentação”, mas também e, sobretudo, a partir da designação “nova retórica”. O tratado sobre a argumentação que os autores propõem apresenta-se como um desdobramento da retórica clássica, ou melhor, como uma nova perspectiva da retórica.

No segundo recorte, a palavra “argumentação” é reescrita por um procedimento de repetição em “A publicação de um tratado consagrado à argumentação” e aparece articulada explicitamente à retórica clássica por meio de “sua vinculação a uma velha tradição, a da retórica e da dialética gregas”. Nesse recorte, nota-se que, além de reescrever aquela memória de dizeres sobre a Retórica grega, as relações de sentidos da palavra “argumentação” no acontecimento enunciativo inscrevem-na como uma ruptura, ressignificando e reescrevendo aqui, por uma elipse, a “nova retórica”, e demarcando assim um lugar teórico muito específico para a obra de Perelman.

Recorte (2): A publicação de um tratado consagrado à argumentação e sua vinculação a uma velha tradição, a da retórica e da dialética gregas, constituem *uma ruptura com uma concepção da razão e do raciocínio, oriunda de Descartes*, que marcou com seu cunho a filosofia ocidental dos três últimos séculos. (p.1)

Na sequência do texto, Perelman e Olbrechts-Tyteca dedicam-se a apresentar os detalhes de sua teoria. Assim, no recorte 3, a palavra “argumentação” articula-se ao substantivo “campo” por meio do determinante “de + a”: “O campo da argumentação”.

Recorte (3): O campo da argumentação é o do verossímil, do plausível, do provável, na medida em que esse último escapa às certezas do cálculo (p.01).

A partir desse enunciado, é possível apresentar as seguintes paráfrases a fim de se visualizar as relações semânticas que estão aí funcionando:

- 3’ A argumentação é um campo de atuação.
3” A argumentação é do mesmo campo de atuação do verossímil, do plausível, do provável.
3”’ A argumentação é do campo do verossímil, do plausível, do provável.

Tem-se, a partir daí, que a argumentação é descrita e está inscrita como/em um determinado campo de atuação da atividade humana. Este “campo da argumentação” é colocado numa relação de sinonímia com outros campos, a saber, o do verossímil, o do plausível e o do provável. Assim, tem-se que a “argumentação” é apresentada como um procedimento, prática ou ainda como uma atividade linguageira que se manifesta quando

há dúvidas, embate de opiniões, desacordo. É, pois, nestas situações de confronto de ideias que a argumentação se constitui como um caminho na busca pelo verossímil e pelo acordo.

No quarto recorte, a palavra “argumentação” é reescrita novamente por repetição e aparece, pela primeira vez, articulada ao substantivo “teoria” também por meio do determinante “de + a”: “teoria da argumentação”. Observa-se aqui um deslizamento de sentido que marca a posição de Perelman e Olbrechts-Tyteca em relação à argumentação, ou seja, “Teoria da argumentação” reescritura “tratado da argumentação”. E essa dupla de expressões se relacionam diversamente com “Campo da argumentação”. Este é, de certo modo, o objeto da teoria, do tratado.

Ou seja, a relação de sinonímia que se estabelece entre “tratado da argumentação” e “teoria da argumentação” apontam para “campo da argumentação”, aquele do verossímil.

Ao apresentarem sua teoria da argumentação, Perelman e Olbrechts-Tyteca optam por defini-la a partir de uma negação “A teoria da argumentação não pode se desenvolver se toda a prova é concebida como redução à evidência”. Além de reescrever, por um procedimento de especificação “certezas do cálculo” que já havia sido enunciado no recorte 3, nesse enunciado, a negação aparece para delimitar o domínio da argumentação. Ou seja, não há como se considerar as provas (argumentos) como sendo reduzidas à evidência ou à certeza do cálculo, já que na concepção dos autores, em conformidade com a retórica clássica, a argumentação pertence ao domínio da incerteza, da dúvida, do diálogo. É por estar inscrita neste domínio da controvérsia que ela se estabelece e se desenvolve.

Recorte (4): a teoria da argumentação não pode se desenvolver se toda a prova é concebida como redução à evidência. Com efeito, o objeto dessa teoria é o estudo das técnicas discursivas que permitem *provocar ou aumentar a adesão às teses que lhes apresentam ao assentimento*. (p. 4)

Ainda nesse recorte, o autor reescreve elipticamente “argumentação” por meio de uma condensação pelo substantivo “teoria” e reforça seu caráter científico ao especificar

qual o seu objeto. As seguintes paráfrases permitem perceber as relações semânticas desse enunciado:

4' Há uma teoria da argumentação;

4'' Esta teoria tem um objeto de estudo;

4''' O objeto desta teoria é estudo técnicas discursivas que permitem *provocar ou aumentar a adesão às teses que lhes apresentam ao assentimento*.

Ao inscrever o estudo da argumentação no plano do científico, Perelman e Olbrechts-Tyteca atribuem a ela um objeto de estudo: as “técnicas discursivas” que, como mostram os autores, estão a serviço da persuasão.

Na continuidade do texto, tem-se o recorte (5) em que a “argumentação” é reescrita também de forma elíptica por condensação por meio do substantivo “tratado” que, por sua vez, articula-se por meio de um sintagma verbal com “as preocupações do Renascimento” e com “autores gregos e latinos” redizendo aqui, por um procedimento de expansão, a memória de sentido sobre a história da retórica, e porque não dos estudos da argumentação. Nesse mesmo recorte, verifica-se que “tratado” é reescrito por meio do pronome oblíquo “o” e articula-se à “uma nova retórica” também por meio de um sintagma verbal.

Recorte (5): nosso tratado se relaciona sobretudo com as preocupações do Renascimento e, conseqüentemente, com as dos autores gregos e latinos, que estudaram a arte de persuadir e de convencer, a técnica da deliberação e da discussão. É por essa razão que o apresentamos como uma *nova retórica*. (p. 5)

É preciso chamar a atenção para o último enunciado do recorte que explicita a justificativa do título da obra: “É por essa razão que o apresentamos como uma *nova retórica*”. Desmembrando isso em uma paráfrase, tem-se que:

5' O tratado da argumentação é uma nova retórica.

Ou seja, “nova retórica” está aqui determinando “tratado da argumentação” e não somente a argumentação. É esse tratado proposto pelos autores que se apresenta como uma nova retórica. Pela memória de sentidos que a expressão “nova retórica” faz funcionar, sabe-se que a argumentação ocupa aí, neste tratado e nesta nova retórica, um lugar central, como acontecia na Retórica clássica.

A fim de delimitar o modo como a argumentação é compreendida nesta obra, apresenta-se para reflexão o recorte 6. A expressão “nosso estudo”, ao reescrever “tratado da argumentação”, introduz uma especificação sobre o objeto de estudo. O foco do tratado será pois a “estrutura da argumentação”.

Recorte (6): Nosso estudo, preocupando-se sobretudo com a estrutura da argumentação, não insistirá, portanto, na maneira pela qual se efetua a comunicação com o auditório. (p. 6)

Por outro lado, ao desenvolver os detalhes da teoria que propõem, Perelman e Olbrechts-Tyteca tentam mostrar a importância do auditório, que tem “papel essencial” a sua proposta teórica como é possível verificar no recorte 7.

Recorte (7): por razões de comodidade técnica e para jamais perder de vista esse papel essencial do auditório, quando utilizarmos os termos “discurso”, “orador” e “auditório”, entenderemos por isso a argumentação, aquele que a apresenta e aqueles a quem ela se dirige, sem nos determos no fato de que se trata de uma apresentação pela palavra ou pela escrita, sem distinguirem forma e expressão fragmentária do pensamento. (p. 7)

Nesse mesmo recorte, observa-se que os autores enumeram os componentes centrais da sua teoria que são: discurso, orador e auditório. Nesse mesmo recorte, os próprios autores tratam de especificar o que cada componente significa. Tem-se assim a seguinte reescritura:

Como é possível perceber, na reescritura acima indicada, “discurso”, “orador” e “auditório” são empregados aqui numa enumeração a fim de ressignificar “argumentação”. Na sequência do enunciado, “argumentação” está reescrevendo “discurso” e aparece também reescrita, por meio do pronome oblíquo “a” e do pronome pessoal “ela”, nas designações “aquele que a apresenta” e “aqueles a quem ela se dirige”. Essas designações, por sua vez, reescrevem orador e auditório, respectivamente, por um procedimento de especificação. Além disso, mais adiante, percebe-se que “argumentação” é reescrita também por especificação em: “que se trata de uma apresentação pela palavra ou pela escrita”. Esse enunciado pode ser parafraseado da seguinte maneira:

7’ A argumentação é uma apresentação pela palavra ou pela escrita.

Nesse caso, a “argumentação” é designada como uma forma de apresentação verbal que pode acontecer pela “palavra”, ou seja, oralmente ou pela “escrita”. As duas formas interessam, portanto, para os autores.

Ao final de sua exposição, os autores apontam de forma objetiva o propósito da obra como se pode verificar no seguinte recorte.

Recorte (9): Nosso tratado só versará sobre *recursos discursivos* para se obter a adesão dos espíritos: apenas a técnica que utiliza a linguagem para persuadir e para convencer será examinada a seguir. (p. 8)

Observe que “nosso tratado”, ao reescrever por condensação elíptica “argumentação”, articula-se ao adjetivo “só” para delimitar e definir seu objeto de estudo “*recursos discursivos* para se obter a adesão dos espíritos” que aparecem aqui reescrevendo as “técnicas discursivas” que já haviam sido enunciadas no recorte 4 e que reescrevem por substituição “argumentação”. É preciso chamar a atenção aqui para a reescritura por repetição que aparece, após o sinal de pontuação “:” (dois-pontos) em “apenas a técnica que utiliza a linguagem para persuadir e para convencer será examinada a seguir”. O advérbio “apenas” enfatiza a especificação do tratado que se propõe a refletir sobre “a técnica que utiliza a linguagem para persuadir e para convencer”. Ou seja, a “argumentação”.

A partir dos recortes apresentados, foi possível organizar o seguinte Domínio Semântico de Determinação (DSD) em que se pode observar as relações de significação da palavra “argumentação” na obra de Perelman e Olbrechts-Tyteca.

Por meio desses DSD's, representa-se a teia de sentidos da palavra “argumentação” que foi sendo construída não só no nível do enunciado, mas também ao longo do texto. Trata-se de uma rede de significações que, no acontecimento enunciativo, colocou em funcionamento um dizer específico sobre a argumentação que se produziu a partir de uma memória de sentidos sobre a retórica clássica e sobre racionalismo cartesiano. Nessas relações de sentidos, a argumentação foi re-significada como um domínio científico (“teoria”, “objeto de estudo”, “tratado”, “técnica discursiva”) que está, na obra de Perelman e Olbrechts-Tyteca, inscrito em um campo de saber, aquele da “nova retórica”. Assim, ao ser reescrita e re-significada, a palavra “argumentação” é

determinada por “verossimilhança”, “discurso”, “orador”, “auditório” e “arte de persuasão”.

3. A ARGUMENTAÇÃO EM TOULMIN

A obra de Toulmin, como já destacado anteriormente, constitui um marco para a constituição de um saber sobre a argumentação. Para Plantin (1990), a importância do texto de Toulmin deve-se, em parte, ao fato de que seus postulados metodológicos estão fundados em uma espécie de “análise linguística”, cujas origens remontam à filosofia da linguagem inglesa dos anos 40 e 50: “essa influência é reivindicada por Toulmin, que vê em sua obra um desenvolvimento e uma aplicação no domínio da argumentação de algumas ideias de Hare, Urmson, Ryle ou Austin, entre outros” (PLANTIN, 1990, p. 22).

Tal filiação teórica pode ser observada já desde o título “Os usos do argumento” (Recorte 1). Desse enunciado, pelo procedimento de paráfrase, chega-se a seguinte possibilidade:

1’ o argumento tem usos

Esta paráfrase permite representar o DSD:

ARGUMENTO $\vdash$ uso

Essa enunciação-título faz ecoar, já de início, a célebre frase de Wittgenstein “*meaning is use*” (significado é uso) por meio da qual ele relaciona a significação de uma palavra ao seu uso (PLANTIN, 1990). É a memória de dizer, a memória do discurso (interdiscurso) que faz funcionar a língua, em um presente tornando-se perceptível logo na enunciação-título da obra. No caso desse recorte, pode-se considerar, como diz Guimarães (1996, p. 6), que se trata de uma memória latente que para produzir sentidos tem de confrontar-se com a memória discursiva e com o presente do acontecimento.

E assim por ser latente, pode sempre ser outra coisa, para isso bastando que outras enunciações a façam derivar, mesmo que imperceptivelmente. Deste modo uma forma na língua não é nem soma de seus diversos passados, nem deriva, nem algo em si: senão uma latência à espera do acontecimento enunciativo, onde o presente e o interdiscurso a fazem significar. (GUIMARÃES, 1996, p. 6)

A partir desse primeiro gesto de análise, percebe-se como a exterioridade da enunciação se faz presente na obra de Toulmin constituindo sentidos para argumentação no acontecimento de dizer, mesmo sem dizê-la. Ou seja, a memória discursiva e a língua significam no presente, na enunciação-título, apontando para o processo incessante da história dos sentidos.

Na busca pelos sentidos em torno da argumentação na obra de Toulmin, amplia-se o procedimento de análise a fim de descrever outros movimentos da significação e seus

efeitos que, no acontecimento de dizer, produzem uma rede de sentidos para a argumentação. Para isso, apresenta-se um conjunto de recortes retirados da obra, justamente, das passagens em que o autor apresenta sua proposta teórica e estabelece as fronteiras e os limites de sua reflexão. Diante da ausência da palavra “argumentação”, selecionou-se como entrada para as análises a palavra “argumento” que aparece desde o título e vai sendo reescrita ao decorrer da obra de Toulmin, como se pode observar no recorte (2).

Recorte (2): Questão central para nós, será saber até que ponto a lógica *pode* esperar ser uma ciência formal e, ainda assim, conservar a possibilidade de ser aplicada na avaliação crítica de argumentos que efetivamente usamos ou podem ser usados por nós. (p. 3)

A partir desse recorte, pode-se propor a seguinte paráfrase:

2’ a lógica, que é uma ciência formal, pode, enquanto tal, ser aplicada na avaliação crítica de argumentos efetivamente usados?

A partir desse recorte e dessa paráfrase, chega-se ao seguinte DSD em que se verifica que “lógica” é determinada por “ciência formal” e por “avaliação crítica de argumentos ordinários”.

ciência formal	└	LÓGICA	└	Avaliação crítica de argumentos ordinários
----------------	---	---------------	---	--

Tem-se assim que a lógica, como ciência, tem como objeto justamente a crítica de argumentos ordinários. Ou seja, a lógica tem como objeto o estudo dos argumentos.

Mais adiante, em sua exposição, Toulmin, ao discorrer diretamente sobre os usos do argumento, apresenta uma reflexão em que trata das falhas da argumentação, como se pode verificar no recorte (3).

Recorte (3): é concebível que métodos falhos de argumento conservem sua influência numa sociedade, e sejam transmitidos através das gerações, assim como uma deficiência física constitucional ou um defeito na psicologia individual. (p. 5)

Nesse terceiro recorte, “argumento” é reescrito de maneira direta, no entanto, o autor considera a possibilidade de haver “falhas” na argumentação. A analogia que se estabelece, neste recorte, entre “métodos falhos de argumento”, “deficiência física” e “deficiência psicológica” assinala para as relações que este autor estabelece, ao longo desta obra, com as ciências biológicas e psico-cognitivas. Ou seja, os “métodos falhos de argumento” são descritos como um mal que perdura na sociedade sendo (re)produzidos de geração em geração. Apesar de, o recorte em questão, não produzir um DSD, ele indica um argumento para sustentar a posição do autor sobre o fato de o argumento ser analisado pela lógica ou pela crítica racional. Ou seja, o sentido de “uso” determina “argumento” e é determinado por “questão central”. “Uso” determina também o sentido de “métodos falhos” que, por sua vez, determina “sociedade” e está em uma relação de sinonímia com

“deficiência física” e “defeito psicológico”. Observa-se aqui que Toulmin aproxima o domínio da argumentação a outras áreas do conhecimento, àquelas que não necessariamente concernem ao funcionamento e organização da linguagem, mas que dizem respeito ao sujeito, psicofísico no mundo.

Assim, se no recorte (3) estabelecem-se relações com outros domínios científicos que, para Toulmin, são constitutivas do sentido de “argumento”, no recorte (4), observa-se a necessidade de delimitar, com precisão, o lugar de estudo do argumento, lugar este que se afasta da “análise formal” (relação antonímica) e que se aproxima de uma “crítica racional”, como observa no recorte aqui abaixo:

Recorte (4): Para atacar os nossos principais problemas, vale a pena tirar da cabeça algumas idéias derivadas da teoria lógica existente, para ver, por inspeção direta, quais são as categorias pelas quais expressamos, de fato, as nossas avaliações, e o quê, precisamente, significam para nós. Esta é a razão pela qual, pelo menos nos primeiros estudos, evitarei deliberadamente termos como “lógica”, “lógico”, “logicamente necessário”, “dedutivo” e “demonstrativo”. Todos esses termos carregam associações que vêm da teoria lógica, e que poderiam distorcer um dos principais objetivos da nossa investigação: ver como – e se, afinal de contas – a análise formal da lógica teórica tem alguma ligação com o que se visa obter pela crítica racional. (p. 9)

A partir desses recortes, chega-se ao seguinte DSD:

Aqui, observa-se que “questão central” é determinada por “crítica racional” e por “categorias de avaliações”. Este bloco semântico, localizado na parte superior do DSD, está em oposição ao bloco inferior que está assim representado: “Teoria lógica” determina “análise formal” e é determinada por “Lógica”, “dedutivo” e “demonstrativo”.

Mais adiante, no Recorte (5), tem-se a apresentação explícita de um novo modelo teórico-metodológico para o estudo do argumento. Novamente, é possível perceber que o autor parece ter a necessidade de demarcar o lugar teórico em que suas reflexões se

situam, afastando-se de alguns domínios científicos para se aproximar do que vai se chamar “jurisprudência”.

Recorte (5): para quebrar o poder de antigos modelos e analogias, vamos tratar de nos munir com um novo modelo. [...] Assim, deixemos de lado a Psicologia, a Sociologia, a tecnologia e a Matemática, ignoremos os ecos da engenharia estrutural e da *collage* nas palavras “fundamentos” e “suporte”, e tomemos a jurisprudência como nosso modelo. A lógica [...] é jurisprudência generalizada. Os argumentos podem ser comparados a processos judiciais; (p. 10)

DSD-X

Nesse DSD, pode-se visualizar outras relações de sentido que são construídas no texto de Toulmin, a saber, “Processos judiciais” determina “novo modelo”. “Jurisprudência” (o modelo de referência adotado por Toulmin) determina “lógica” que, por sua vez, determina “novo modelo”. Esse bloco de significações está em relação de antonímia com o que Toulmin chama de “antigos modelos” que é determinado por “psicologia”, “sociologia”, “tecnologia”, “matemática” e “engenharia estrutural”. Ou seja, os antigos modelos são modelos psicológicos, sociológicos, tecnológicos, matemáticos e modelos de engenharia estrutural.

No recorte seguinte, os procedimentos de reescrituração e de articulação permitem visualizar, de modo mais pontual, as filiações da proposta de Toulmin às ciências jurídicas.

Recorte (6): Nossa investigação visa a um objetivo semelhante: temos de caracterizar o que se pode chamar de “o processo racional” – os procedimentos e as categorias mediante os quais se podem discutir e decidir todas as “causas”. (p. 10)

DSD-Y

Ou seja, “causas”, “uso” e “processo racional” determinam “argumento”.

Na sequência, no recorte (7), observa-se que Toulmin propõe uma nova via para se investigar o uso dos argumentos partindo da lógica como uma espécie de jurisprudência generalizada. Este recorte (7), de acordo com as análises, mostra, de certo modo, a relação que se estabelece entre o que está no DSD-X (estudo crítico do argumento) e o que está no DSD-Y (o que é o argumento).

Recorte (7): ao tratar a lógica como jurisprudência generalizada e ao testar nossas ideias mediante a prática real de avaliar argumentos – em vez de compará-los com um ideal de filósofo –, podemos chegar a construir um quadro bem diferente do tradicional. (p. 14)

Verifica-se, a partir deste DSD, que “argumento” é determinado por “prática real” e por “jurisprudência” sendo que esta é determinada por “prática real” e determina “lógica”. Estas relações de determinação estão em relação de antinomia com os chamados “modelos tradicionais”.

Os DSD’s expostos, em sequência, representam a rede de sentidos que se constitui em torno da palavra “argumento” na obra de Toulmin. A partir dos recortes apresentados e dos DSD’s, pode-se verificar que há um esforço de Toulmin na direção de estabelecer um deslocamento de campo teórico para o estudo do argumento e não necessariamente de propor uma teoria da argumentação. A questão central para esse autor é criticar o modo como algumas teorias lógicas privilegiaram alguns tipos de argumentos que não, necessariamente, se fazem presente na argumentação do cotidiano. Para refutar a tese de que a lógica é uma ciência de argumento racional, Toulmin propõe a jurisprudência das ciências jurídicas em detrimento aos modelos tradicionais (oriundos

da lógica formal). Com base no resultado desta análise, pode-se, portanto, compreender o motivo pelo qual a palavra “argumentação” não aparece na obra deste autor. Ou seja, em nenhum momento seu objetivo foi refletir sobre a argumentação como prática linguageira, mas sim discutir os domínios teóricos que teorizam sobre ela e sobre o uso do argumento. A proposta de Toulmin é, pois, a de buscar alternativas para o modo como os argumentos são utilizados no cotidiano e para o modo como esses usos são compreendidos e analisados pelos domínios teóricos, principalmente, por aqueles das ciências filosóficas.

4. A ARGUMENTAÇÃO EM ANSCOMBRE E DUCROT

A “Teoria da Argumentação na Língua” defende a ideia de que a argumentação está inscrita estruturalmente nos elementos da língua, ou seja, os enunciados apresentam um direcionamento, uma orientação argumentativa que objetiva encaminhar o interlocutor a determinadas conclusões. Para descrever e interpretar semanticamente essa orientação argumentativa, cumpre observar determinadas marcas, as marcas linguísticas da argumentação, que aparecem explicitamente na própria estrutura do enunciado. Para Ducrot (1981), o valor argumentativo de um enunciado não pode ser visto como uma consequência exclusiva das informações expressas por ele, visto que o enunciado “pode comportar diversos morfemas, expressões ou termos que, além do conteúdo informativo, servem para dar uma orientação argumentativa aos enunciados, a conduzir o destinatário em tal ou qual direção” (DUCROT, 1981, p. 178). Os “morfemas, expressões ou termos, a que se refere o autor, constituem as marcas da argumentação, que se configuram, principalmente, sob a forma de conectores, ou melhor, de operadores argumentativos. Além de fazer as devidas conexões entre as palavras e os argumentos do texto, os operadores argumentativos têm a função de orientar e de indicar a força argumentativa dos enunciados, isto é, apontar o sentido para o qual eles se direcionam.

Considerando que essa teoria se apresenta inserida, fundamentalmente, nas ciências da linguagem, inicia-se a seguir o estudo sobre funcionamento do sentido da palavra “argumentação” na obra “A argumentação na língua”. Assim como procedeu-se as outras análises, toma-se o título como o primeiro recorte:

Recorte (1): “*l’argumentation dans la langue*”

Nesse enunciado, pode-se verificar, por meio do procedimento enunciativo da articulação, que os autores situam a argumentação como um componente, uma parte constitutiva da própria língua, “a argumentação na língua”. Nota-se aqui que a posição adotada por Anscombre e Ducrot, no que concerne à teoria da argumentação, muito se difere das propostas apresentadas pelos autores anteriores, uma vez que Anscombre e Ducrot não concebem a argumentação como uma técnica, uma retórica exterior ao processo de produção de sentido. Em outras palavras, para Ducrot, a argumentação está inscrita no funcionamento da língua e assim que ser considerada, apreendida e investigada.

De fato, os retóricos de plantão poderiam afirmar que a teoria de Ducrot apresentase como uma teoria instável já que, ao longo das últimas décadas, ela sofreu diversas alterações. Do ponto de vista adotado nesta pesquisa, considera-se que as reformulações ducrotianas no que diz respeito à argumentação devem ser compreendidas mais pela produtividade das pesquisas desse autor do que por suas possíveis falhas. A favor disso, tem-se o fato de que, apesar das ampliações e reescrituras teóricas, em nenhum momento, o autor abandonou a tese inicial, que nomeia a obra em análise, de que a argumentação está na língua e não fora dela.

No segundo recorte, observa-se que a palavra “argumentação” está reescrita a partir do título por meio de um procedimento de repetição:

Recorte (2): *“l’argumentation, telle que nous la concevons, satisfait pour sa part aux deux conditions. Pour nous en effet, un locuteur fait une argumentation lorsqu’il présente un énoncé E1 (ou un ensemble d’énoncés) comme destiné à en faire admettre un autre E2 (ou un ensemble d’autres). Notre thèse est qu’il y a dans la langue des contraintes régissant cette présentation.”* (p. 8)

O procedimento enunciativo da reescritura da palavra “argumentação” aparece em dois momentos distintos no enunciado, a saber, *“l’argumentation, telle que nous la concevons, satisfait pour sa part aux deux conditions”* e em *“un locuteur fait une argumentation lorsqu’il présente un énoncé E1”*. Além disso, há também outra reescritura, agora por substituição no fragmento *“Notre thèse est qu’il y a dans la langue des contraintes régissant cette présentation”*. Assim, por meio do movimento das paráfrases, é possível observar os desdobramentos da significação neste enunciado.

1’ Argumentação é apresentar um enunciado E1.

1” O enunciado E1 é destinado a fazer admitir um enunciado E2.

1''' A argumentação é regida pelas coerções da língua.

De acordo com as paráfrases, compreende-se que a argumentação, ao se manifestar por meio da língua na enunciação, tem seu funcionamento regulado pelas coerções da própria língua. A utilização de termos como “locutor”, “E1”, “E2”, “enunciado” apontam para uma memória de sentidos que nos remetem à obra de Benveniste, linguista que investigou o funcionamento enunciativo da língua e promoveu o surgimento da linguística da enunciação.

Tomando como base o recorte (2), foi possível representar os sentidos de “argumentação” no seguinte DSD.

Ou seja, “enunciação” determina “argumentação” e “coerções da língua”. “Coerções da língua”, por sua vez, também determina o sentido de “argumentação” e determina ainda o sentido de “E1 faz admitir E2”.

Posto isso, segue-se à análise de outros recortes. O terceiro fragmento selecionado aponta, de modo mais específico, para as relações semânticas que se estabelecem entre argumentação e estrutura linguística.

Recorte (3): *Les enchaînements argumentatifs possibles dans un discours sont liés à la structure linguistique des énoncés et non aux seules informations qu'ils véhiculent.* (p. 9)

A partir das paráfrases, observa-se que, para Anscombre e Ducrot, a argumentação é determinada pela estrutura da língua. Dito de outra forma, haveria na língua elementos e modos de funcionar que colocam a argumentação em funcionamento. Nessa perspectiva, à medida que se enuncia, argumenta-se.

3' A argumentação é feita de encadeamentos argumentativos.

3'' Os encadeamentos argumentativos em um discurso são ligados à estrutura linguística dos enunciados.

3''' A argumentação é determinada pelas coerções da língua.

3'''' A argumentação é determinada pela estrutura linguística.

A fim de dar mais visibilidade ao jogo semântico posto em funcionamento nesse recorte, apresenta-se, abaixo, outro DSD:

Nesse DSD, “estrutura da língua” determina o sentido de “língua” e ambas determinam o sentido de “argumentação”. Essa, por sua vez, determina “encadeamento argumentativo” e “ato de argumentar”. Observa-se ainda que “ato de argumentar” determina o sentido de “encadeamento argumentativo”. Nessa representação, é possível perceber os laços semânticos que estão em funcionamento no recorte analisado de modo que o sentido de uma palavra afeta, restringe e/ou amplia o sentido de outras a sua volta. Pode-se dizer que aqui há uma espécie de circuito de determinação em que a rede de sentidos se produz de modo que a significação gira e volta a ecoar na relação língua/enunciação/argumentação.

Conforme destacado anteriormente, para Ducrot e Anscombre, a argumentação não pode ser compreendida como um fenômeno de linguagem externo à língua. Sobre isso, no recorte 4, observa-se que, ao falar dos encadeamentos argumentativos, os autores diferem sua proposta teórica do que chamam de “*rhétorique extra-linguistique*”. Nota-se aqui que argumentação aparece reescrita por meio da expressão “encadeamentos argumentativos” e, mais adiante, o sentido de argumentação já desliza na textualidade para “*d’un acte de langage particulier, l’acte d’argumenter*”.

Recorte (4): *C’est ce qui nous justifie de relier les possibilités d’enchaînements argumentatif à une étude de la langue et de ne pas les abandonner à une rhétorique extra-linguistique. Pour nous, elles sont déterminées au travers d’un acte de langage particulier, l’acte d’argumenter [...].* (p.15)

A partir das paráfrases, observa-se os movimentos de sentido da argumentação na teoria de Ducrot e Anscombre.

4’ As possibilidades de encadeamentos argumentativos são ligadas à língua.

4’’ O encadeamento argumentativo é produzido na língua.

4’’’ Argumentação é o encadeamento argumentativo.

4’’’’ O encadeamento argumentativo é o ato particular de argumentar.

Chega-se assim a seguinte representação:

Nessa sequência de análise, observa-se que “língua” determina enunciação que determina “encadeamento argumentativo” e “argumentação”. Esta, por sua vez, determina “encadeamento argumentativo” e “ato de argumentar” que também vai determinar “encadeamento argumentativo”. Toda essa rede de significação coloca novamente em funcionamento o que se chamou, anteriormente, de circuito de determinação, a saber, o sentido de uma palavra afeta o sentido de outra numa espécie de “efeito dominó”. Dito de forma, trata-se de um ir e vir de relações de significação que parecem ter por função homologar a tese de Anscombe e Ducrot de que a “argumentação está na língua”. Tese essa que se confirma, ainda nesse mesmo DSD, quando se observa que essas relações semânticas descritas aqui acima estão em relação de antonímia com “retórica extra-linguística”.

A partir desse recorte, compreende-se que pensar sobre o sentido da palavra “argumentação” em Anscombe e Ducrot conduz a refletir sobre a relação que se estabelece entre palavra “argumentação” e aquilo que os autores estão chamando de “ato de argumentar”.

Nesse DSD, além de se confirmar o que já havia sido exposto e analisado nos DSD's anteriores no que diz respeito às relações semânticas que se produzem entre “Enunciação”, “língua” e “ato de argumentar”, observa-se que “ato de argumentar” determina ainda “argumentação explícita/implícita” e “conclusão”. Toda rede de significação exposta nesse DSD incide sobre o DSD da palavra “argumentação” apresentado acima.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao estudar o(s) sentido(s) produzidos em torno da palavra “argumentação” nas obras de referência do corpus desta pesquisa, buscou-se compreender, a partir de uma perspectiva enunciativa, as relações de sentido que são produzidas, no e pelo acontecimento da enunciação, e colocadas em funcionamento em um dizer específico sobre a argumentação em Perelman e Olbrechts-Tyteca, Toulmin e Anscombe e Ducrot.

No caso da obra de Perelman e Olbrechts-Tyteca, a partir das análises realizadas, observou-se que as relações de determinação semântica da palavra “argumentação” foram construídas levando em consideração uma memória de sentidos sobre a palavra, cuja gênese é a Retórica Clássica. Memória essa, como já disse, que foi retomada e, à medida que foi sendo ressignificada, projetou novos sentidos para a argumentação no século XX.

Novos sentidos que, afetados pelas condições histórico-sociais da final da década de 50, inauguraram outros tempos para o estudo da argumentação. Tempos e sentidos marcados pelo interesse às técnicas de persuasão que se renova justamente em um momento de efervescência do poder do simbólico que, em pleno auge da guerra fria, encontra espaço e lugar para se significar e se marcar como um instrumento fundamental na relação linguagem e sociedade no século XX.

REFERÊNCIAS

ANSCOMBRE, J.C. ; DUCROT, O. **L'Argumentation dans la langue**. 2 ed. Bruxelles : Mardaga, 1988.

BERTRAND, D. **Parler pour convaincre**. Paris: Gallimard, 1999.

DUCROT, O. **Polifonia y Argumentación**. Conferencias del Seminario Teoría de la Argumentación y Análisis del Discurso. Cali: Feriva, 1988.

_____. **O Dizer e o Dito**. Tradução de Eduardo Guimarães. Campinas: Pontes, 1987.

_____. **Provar e dizer**. Trad. Bras. São Paulo: Global, 1981.

_____. **Les mots du discours**. Paris: Minuit, 1980.

_____. **Princípios da semântica linguística**. Trad. Bras. São Paulo: Cultrix, 1987.

GUIMARÃES, E. **Semântica do Acontecimento**. Campinas: Pontes, 2002.

_____. **Os Limites do sentido**. 2ª. ed. Campinas: Pontes, 1995.

_____. Textualidade e enunciação. **Escritos [2]**. Publicação do Laboratório de Estudos Urbanos. Unicamp, (s/d). Disponível em: <http://www.labeurb.unicamp.br/portal/pages/pdf/escritos/Escritos2.pdf>. Acesso em 08 jul. 2014.

MOSCA, L.S. (Org.). **Retóricas de ontem e de hoje**. 3ª. ed. São Paulo: Humanitas; FFLCH-USP, 2004.

PERELMAN, C.; OLBRECHTS-TYTECA, L. **Tratado de Argumentação: a nova retórica**. Trad. Bras. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

PLANTIN, C. **L'argumentation. Histoires, théories et perspectives** Paris: PUF, 2005.

_____. **L'argumentation**. Paris: Seuil, 1996.

_____. **Essais sur l' argumentation**. Paris: Kimé, 1990.

SANTOS, G.L. Enunciação, designação e metáfora: um estudo sobre o político na linguagem. **Entremeios**, n. 6, jan. 2013. Disponível em <http://www.entremeios.inf.br/index.php?issue=6>. Acesso em 08 jul. 2014.

TOULMIN, S.E. **Os usos do argumento**. 2^a. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

Artigo recebido em: agosto de 2017.

Aprovado e revisado em: fevereiro de 2018.

Publicado em: maio de 2018.

Para citar este texto:

MASSMANN, Débora. Memória de sentidos e rupturas em torno da argumentação. **Entremeios** [Revista de Estudos do Discurso, ISSN 2179-3514, *on-line*, www.entremeios.inf.br], Seção Estudos, Programa de Pós-Graduação em Ciências da Linguagem (PPGCL), Universidade do Vale do Sapucaí (UNIVÁS), Pouso Alegre (MG), vol. 16, p. 149-169, jan. - jun. 2018.

DOI: <http://dx.doi.org/10.20337/ISSN2179-3514revistaENTREMEIOSvol16pagina149a169>